

## CNS mantém resistência a propostas da reforma tributária

O setor de serviços contesta a visão da indústria e considera as PECs do Congresso um risco, em especial a 45.

FOLHA - 15.fev.2021 às 20h00

**Fábio Pupo**

**BRASÍLIA**

O grande receio é o aumento da carga tributária, já que cálculos apontam para uma alíquota de IBS de 25% a 30%, considerada elevada, e sem possibilidade de abater créditos tributários.

"Nenhuma das [três] propostas serve para o setor de serviços", diz **Luigi Nese**, presidente da **CNS**.

Para ele, o PL do governo até poderia representar um avanço, mas desde que houvesse redução na alíquota —o Executivo apresentou proposta de 12%— e a desoneração da folha de pagamento.

"Uma alíquota dessa em um setor que não tem créditos nos onera diretamente. Uma assessoria, uma consultoria, um médico, um advogado, todos terão seu custo elevado. Deveria ser de 8% ou 9% no máximo", afirma.

O setor defende os ajustes no PL do governo e principalmente a desoneração de impostos pagos pelas empresas sobre o salário dos empregados, algo a ser compensado pela recriação da CPMF (proposta também pelo ministro da Economia, Paulo Guedes).

"Aprovar antes [o PL do governo que funde PIS e Cofins] a gente não concorda, tem de ser feita concomitantemente [à desoneração]", diz.

"O importante é batalhar para empregar gente, porque cada vez mais tem dificuldade de empregar. A CPMF é um imposto que pode ser facilmente implementado sem complexidade e com menos evasão", diz.